



CNaPPES.23

9º Congresso Nacional de Práticas Pedagógicas
no Ensino Superior

Livro de Atas

**9.º Congresso Nacional
de Práticas Pedagógicas
no Ensino Superior**

6 e 7 de julho de 2023

FICHA TÉCNICA

Título

Livro de Atas do 9.º Congresso Nacional
de Práticas Pedagógicas no Ensino Superior

Coordenação

Eduardo Esteves
Dulce Estêvão
Jânio Monteiro
Marisol Correia

Design

CO CNaPPES-23

Editora

Universidade do Algarve

1.ª edição – maio de 2024

ISBN

978-989-9127-67-8

DOI

<https://doi.org/10.34623/kf51-wf33>

Handle do Sapientia

<http://hdl.handle.net/10400.1/20248>

Os conteúdos apresentados são da exclusiva responsabilidade dos respetivos autores.
© Autores. Esta obra encontra-se sob a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0



CNaPPES.23

9º Congresso Nacional de Práticas Pedagógicas
no Ensino Superior

Livro de Atas

**9.º Congresso Nacional
de Práticas Pedagógicas
no Ensino Superior**

6 e 7 de julho de 2023



UAlg

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

AGRADECIMENTOS

A Comissão Organizadora do CNaPPES.24 agradece:

- Aos autores das comunicações;
- Aos revisores dos resumos e dos artigos;
- À Comissão Coordenadora e à Comissão de Programa;
- A todos os funcionários não-docentes que colaboraram na organização do CNaPPES e na preparação do Livro de Atas;
- À Universidade do Algarve;
- Ao projeto UAlg+Skill4All que resulta de uma candidatura ao Programa de Recuperação e Resiliência (PRR 2021/2026);
- A todos os que tornaram possível este “projeto”.

Os nossos sinceros agradecimentos.

ÍNDICE

Formação de docentes e inovação <i>pedagógica</i> no ensino superior: A caminho da profissionalização docente numa universidade portuguesa	14
Diana Soares, Amanda Franco, Magda Rocha, Diana Seabra	
Combinando recursos abertos e livres e investigação-ação: relato de dois estudos em Toxicologia	21
Amélia Veiga, Fernando Remião	
Ponto d’Apoio: Mentoria por pares a estudantes com apoio às aprendizagens	27
Joana Carlos, Ana Artur, Cláudia Gaspar, Suzete Rico	
Inovação pedagógica: ensino, investigação e desenvolvimento profissional	34
Jaqueline Antonello, Flávia Vieira, Maria Antonia Ramos de Azevedo	
Estar ou não estar (na sala de aula), eis a (não) questão	39
Ana Luísa de Sousa-Coelho, Mónica T. Fernandes	
Uma experiência pedagógica com ChatGPT: considerações para a teoria e a prática	47
Helena Martins, João Areosa, Tiago Godinho, João Mouro	
Mentoria profissional na FFUP – estratégia facilitadora da transição para o mercado de trabalho e de redução do abandono académico	55
Marta Correia da Silva, Marcela A. Segundo, José M. Neves, Susana Casal, Georgina Correia da Silva	
Como lidar com o uso da inteligência artificial no Ensino Superior?	64
Emília Malcata Rebelo	
Inteligência Artificial na avaliação tradicional: aquisição de conhecimento vs Prompt Engineering	73
João M. C. Estêvão, M. Dulce Estêvão	
O Potencial da Gamificação como estratégia Pedagógica na área da Saúde	81
Magda Ramos, Rui Pedro Almeida, António Abrantes	
Reflexões sobre a integração dos ODS numa unidade curricular na área do Direito: Oportunidades e desafios de uma experiência com estudantes	93
Dora Resende Alves, Sandra Fernandes	
Desenvolvimento de Competências Comunicacionais com recurso ao modelo de apresentação Pecha Kucha	100
João Couvaneiro, Luís Proença, Sílvia Roda Couvaneiro, Catarina Ramos, Ana Mano Azul	
Aprendizagem baseada em jogos. Conceber os nossos jogos educativos na sala de aula	107
Rocío Illanes Segura	
Literacia da informação e soft skills no ensino das Ciências Farmacêuticas: um modelo colaborativo nos Cursos de 2º ciclo da FFUL	112
Sílvia Costa Lopes, Maria de Jesus Perry	
Perceções, Perplexidades e Complexidades no Ensino da Bioética	119
Helena Santos Leitão	

Literacia dos estudantes em inteligência artificial – uma tela na Escola Superior de Enfermagem de Lisboa	127
Carla Nascimento, Márcia Luzia Aguiar	
Educação para o desenvolvimento sustentável. Uma experiência pedagógica em Ordenamento do Território	131
Manuela Rosa, Cláudia Henriques, Alexandra Rodrigues Gonçalves	
Desenvolvimento de competências de escrita académica e <i>feedback</i>: uma experiência de articulação curricular	138
Mariana Oliveira Pinto, Fátima Mendes	
Ensino da miologia veterinária: do modelo ao cadáver	147
Maria J. Lança, Ana I. Faustino-Rocha	
Gamification in Higher Engineering Education: Experimental Study	153
Iouliia Skliarova	
Porto: Territórios e Redes da Invisibilidade. Uma unidade curricular no campo da 3ª Missão da Universidade	161
Mário Mesquita	
A UC de Realidade Virtual e Realidade Aumentada: experiência de ensino-aprendizagem em regime e-learning	168
Ricardo Pereira Rodrigues, Adriana Cardoso, Mariana Rita Lopes	
Ensino-aprendizagem modular, integrado e centrado no estudante de Medicina Veterinária: um breve olhar sobre um exemplo prático	175
Lara Alves, Ricardo Assunção, Maria João Soares, Alexandre Trindade, Manuel Pequeto	
Neurofobia: facto ou mito? Perceção de estudantes da Universidade de Aveiro sobre facilitadores e barreiras da aprendizagem e interesse em fisioterapia em neurologia	181
Ana Rita Pinheiro, Cláudia Sofia Marques, Christine da Silva Cunha, Sílvia Monteiro Queirós, Vítor Fontes Ferreira, Mário Alexandre Gonçalves Lopes, Rui Jorge Dias Costa	
Educação para a Ética e Avaliação da Transparência: Metodologias Ativas em Ensino Híbrido	188
Paula Ochôa, Leonor Gaspar Pinto	
Capacitação em Responsabilidade Social no Ensino Superior: uma competência transversal essencial	158
Adelaide Pereira, Sandra Fernandes, Ana Albuquerque	
Trabalhar a Resiliência no Ensino Superior: o Projeto RESUPERES	166
Maria Leonor Borges, Carla Dionísio Gonçalves, Carolina Sousa	
Digital storytelling no Ensino de Língua Estrangeira para Fins Específicos	174
M. Morgado	
A aprendizagem baseada em problemas: área do Design de Comunicação	182
Maria Caeiro Guerreiro, Pedro Calado	
Aprendizagem Colaborativa em Fisioterapia: Perceção dos estudantes do 1º ano sobre o uso do <i>Padlet</i> aplicado na UC de Introdução à Fisioterapia	190
Maria Conceição Graça, Ana Rita Vieira Pinheiro, Mário Alexandre Gonçalves Lopes	

Será a competição, num ambiente de aprendizagem baseado em jogo, benéfica para o desempenho dos alunos?	197
Cristina de Mello-Sampayo, Maria Cristina Marques	
Programa Integra+MAT - Tutorias Interpares para a Matemática	204
Sandra Silva	
Aprendizagem Colaborativa Internacional em Fisioterapia: Testemunho de um Projeto COIL entre Portugal e Angola	211
Mário Alexandre Gonçalves Lopes, Ana Rita Vieira Pinheiro, Maria Conceição Graça	
Desenvolvendo o Potencial dos jovens: Cocriação utilizando o modelo de design thinking para promover a Literacia Nutricional	217
Ana Cláudia Sousa, Ana Maria Pires	
Alteração das competências de Pensamento Crítico em alunos de disciplinas piloto do Mestrado Integrado em Medicina Veterinária	225
Rita Payan-Carreira, Ana Sacau, David Ferreira, Hugo Rebelo, Luís Sebastião	
Avaliação do processo de ensino-aprendizagem: Entrevista de Mudança adaptada ao contexto educativo	232
Sandra Torres, Raquel Barbosa, Filipa Mucha Vieira	
Avaliação e acreditação de um ciclo de estudos em ciências farmacêuticas: para uma abordagem de orientação participada	240
Fernando Remião, Amélia Veiga	
Inovação pedagógica: estratégias adotadas pelo ISEC Lisboa	246
Marina Reis, Luís Moreira, Tânia Carraquico, Cristina Ventura	
Transição de um modelo de avaliação sumativa para avaliação distribuída: estudo-piloto numa UC do Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas da Universidade do Porto	254
David M. Pereira, Fátima Fernandes, Patrícia Valentão	
A avaliação de pares com recurso a rubricas como estratégia ativa de aprendizagem	260
Clara Amorim, Teresa Gonçalves	
Formação para Docentes em Início de Carreira – A Experiência da ULisboa	268
Joana Ferreira Soares, Sofia Sá	
Aprender a Ensinar no Ensino Superior: contributos de um projeto de formação pedagógica de docentes na modalidade online	274
Clementina Nogueira, Rita Faria, Rita Barros, Cristina Gonçalves	
Como criar empatia e melhorar o envolvimento dos alunos: uma solução muitíssimo simples	282
Sandra Gaspar Martins	

NOTA INTRODUTÓRIA

Já com a próxima edição do CNaPPES no horizonte, temos uma enorme satisfação de vos apresentar o Livro de Atas do 9.º Congresso Nacional de Práticas Pedagógicas no Ensino Superior, CNaPPES.23, onde poderão encontrar todos os artigos completos que os autores entenderam partilhar connosco, também sujeitos a revisão antes desta sua publicação. O CNaPPES nasceu para permitir e promover a partilha pedagógica no Ensino Superior e esta é a melhor forma de refletirmos juntos sobre o que funcionou (e não funcionou) em contexto real de prática pedagógica, nas diversas áreas do Ensino Universitário e o Ensino Politécnico. Neste livro poderão reencontrar os contactos dos diversos autores, o que poderá permitir uma maior proximidade entre elementos da comunidade académica que têm interesses comuns.

O CNaPPES.23 decorreu nos dias 6 e 7 de julho de 2023, em Faro, Portugal, na Universidade do Algarve. Para este congresso, foram submetidos 143 resumos, de 330 autores diferentes. Depois de revistos por, pelo menos, dois revisores, as 125 comunicações aceites, de 293 autores, (correspondentes a cerca de 88% das submissões), foram distribuídas por 109 comunicações orais e 16 posters. Neste Livro de Atas, estão publicados 45 artigos completos.

Os diversos temas apresentados, assim como os artigos agora publicados, referentes à partilha de boas práticas pedagógicas no Ensino Superior, distribuem-se pelos diversos tópicos previstos para o Congresso: Inovação e desenvolvimento curriculares; Inovação institucional; Tecnologias na sala de aula ou em projetos transversais; Desenvolvimento de valores e deontologia; Experiências em unidades curriculares específicas – didática das UC; Desenvolvimento de competências transversais; Modelos pedagógicos – PBL;

simulação; aprendizagem colaborativa; tutorias; avaliação de aprendizagens; Avaliação do ensino; Avaliação institucional; Formação de professores; e Investigação em práticas pedagógicas.

Como em qualquer conferência, os atores essenciais e principais responsáveis pela qualidade do programa científico do CNaPPES.23 são os autores, que submeteram as suas contribuições. Os membros das Comissões Coordenadora, de Programa e Organizadora desempenharam igualmente um papel fundamental com o seu trabalho dedicado e exaustivo, pelo qual estamos gratos.

O CNaPPES.23 teve ainda a honra de poder contar com dois excelentes oradores convidados, que tiveram a amabilidade de se juntar a nós, o Prof. Doutor Pedro Teixeira (Faculdade de Economia, Universidade do Porto), Secretário de Estado do Ensino Superior, do XXIII Governo Constitucional, e o Prof. Doutor Arlindo Oliveira (Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa), Presidente do INESC, Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores. Estamos gratos a estes especialistas de renome pela sua participação inspiradora no CNaPPES.23, pelo conhecimento transmitido, e pelo entusiasmo na apresentação das suas comunicações, que a todos inspirou para continuarmos a fazer mais e melhor.

Por tudo isto, queremos expressar a nossa gratidão pela oportunidade de participar na organização desta 9ª edição do CNaPPES e de editar o presente documento, e a todos os intervenientes que contribuíram para o seu sucesso.

Esperamos reencontrar-vos na edição do CNaPPES, em 2024, no Porto. Até lá!

Universidade do Algarve, maio de 2024
Coordenação do Livro de Atas

ORGANIZAÇÃO

Comissão Coordenadora

Patrícia Rosado Pinto | Universidade Nova de Lisboa
José Fernando Oliveira | Universidade do Porto
Fernando Remião | Universidade do Porto
Rita Cadima | Instituto Politécnico de Leiria
Luís Castro | Universidade de Lisboa
Fernando Almeida | Instituto Politécnico de Setúbal
Manuel João Costa | Universidade do Minho
Sandra Soares | Universidade de Aveiro
Maria Céu Carrageta | Escola Superior de Enfermagem de Coimbra
Eduardo Esteves | Universidade do Algarve

Comissão de Programa

Alice Bastos | Instituto Politécnico de Viana do Castelo
Ana Coelho | Universidade do Algarve
Ana Freitas | Universidade do Porto
Ana Mendonça | Universidade do Algarve
Ana Mouraz | Universidade Aberta
Ângelo Martins | Instituto Politécnico do Porto
António Faustino | Instituto Politécnico de Castelo Branco
António Nogueira | Universidade de Aveiro
Carla Nascimento | Escola Superior de Enfermagem de Lisboa
Carla Gonçalves | Universidade do Algarve
Cristina Albuquerque | Universidade de Coimbra
Dina Seabra | Universidade de Aveiro
Domingos Fernandes | Universidade de Lisboa
Flávia Vieira | Universidade do Minho
Georgette Andraz | Universidade do Algarve
Glória Bastos | Universidade Aberta
Helena Pimentel | Instituto Politécnico de Bragança
Helena Sá | Universidade de Aveiro
Helena Quintas | Universidade do Algarve
Inês Araújo | Universidade do Algarve
Isabel Alves | Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Isabel Gonçalves | Universidade de Lisboa
Isabel Neto | Universidade da Beira Interior
Isabel Pereira | Politécnico de Leiria
Jaime Aníbal | Universidade do Algarve
Joana Soares | Universidade de Lisboa
João Eduardo Martins | Universidade do Algarve

João Moutão | Instituto Politécnico de Santarém
João Veloso | Universidade do Porto
Jorge Adelino da Costa | Universidade de Aveiro
José Carlos Carvalho | Escola Superior Enfermagem do Porto
Luís Tinoca | Universidade de Lisboa
Maria Barbas | Instituto Politécnico de Santarém
Maria Céu Carrageta | Escola Superior de Enfermagem de Coimbra
Maria Graça Marques | Universidade do Algarve
Maria João Cardona | Instituto Politécnico de Santarém
Mariana Valente | Universidade de Évora
Marisa Cesário | Universidade do Algarve
Patrícia Xufre | Universidade Nova de Lisboa
Paula Ochôa | Universidade Nova de Lisboa
Paula Peres | Instituto Politécnico do Porto
Paulo Carrasco | Universidade do Algarve
Pedro Neto | Instituto Politécnico de Setúbal
Raquel Andrade | Universidade do Algarve
Rosalina Pisco Costa | Universidade de Évora
Rosária Pereira | Universidade do Algarve
Rui Gonçalves | Escola Superior de Enfermagem de Coimbra
Rui Lima | Universidade do Minho
Rui Oliveira | Universidade do Minho
Sandra Soares | Universidade de Aveiro
Saúl Neves de Jesus | Universidade do Algarve
Sofia Sá | Universidade de Lisboa
Susana Gonçalves | Instituto Politécnico de Coimbra
Tânia Nascimento | Universidade do Algarve
Telmo Pereira | Instituto Politécnico de Coimbra

Comissão Organizadora

Eduardo Esteves | Reitoria/Instituto Superior de Engenharia, Universidade do Algarve
Ana Baião | Escola Superior de Educação e Comunicação, Universidade do Algarve
Ana Conceição Guerra | Reitoria/Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade do Algarve
Ana Paula Barreira | Faculdade de Economia, Universidade do Algarve
António Abrantes | Escola Superior de Saúde, Universidade do Algarve
Clévio Nóbrega | Faculdade de Medicina e Ciências Biomédicas, Universidade do Algarve
Dulce Estêvão | Escola Superior de Saúde, Universidade do Algarve
Jânio Monteiro | Instituto Superior de Engenharia, Universidade do Algarve
Marelba Zacarias | Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade do Algarve
Marisol Correia | Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo, Universidade do Algarve
Mercedes Zurita | Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve
Susana Fernandes | Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade do Algarve

Oradores Convidados

Pedro Nuno Teixeira | Faculdade de Economia, Universidade do Porto

Arlindo Oliveira | Instituto Superior Técnico & INESC, Universidade de Lisboa

Apoio Institucional

UNIVERSIDADE DO ALGARVE



PROGRAMA

Quinta-feira, 6 de julho de 2023

14:00 – 15:00 | Recepção dos participantes

15:00 – 15:30 | Sessão de abertura

- **Paulo Águas**,
Reitor da UAlg
- **Eduardo Esteves**,
Comissão Organizadora do
CNaPPES.23
- **Patrícia Rosado Pinto**,
Comissão Coordenadora do
CNaPPES

15:30 – 16:30 | Sessões paralelas I
Comunicações livres

16:30 – 17:00 | Pausa para café

17:00 – 18:30 | Sessões paralelas II
Comunicações livres

18:30 | Sunset@Terrace UAlg

Sexta-feira, 7 de julho de 2023

09:30 – 10:30 | Sessões paralelas III
Comunicações livres

10:30 – 11:00 | Pausa para café

11:00 – 12:00 | Palestra plenária

- **Pedro Nuno Teixeira**,
Faculdade de Economia,
Universidade do Porto, Secretário de
Estado do Ensino Superior
*Ensino Superior em Portugal:
Desafios e Perspetivas*

12:00 – 13:00 | Sessões paralelas IV
Comunicações livres

13:00 – 14:30 | Pausa para almoço

14:30 – 15:30 | Palestra plenária

- **Arlindo Oliveira**,
IST Universidade de Lisboa & INESC
*Impacto das tecnologias de
inteligência artificial no ensino*

15:30 – 17:00 | Sessões paralelas V
Comunicações livres

17:00 | Encerramento

- **Eduardo Esteves**,
Comissão Organizadora do
CNaPPES.23 e
Pró-reitor da UAlg
- **Fernando Remião**,
Comissão Coordenadora do
CNaPPES

Reflexões sobre a integração dos ODS numa unidade curricular na área do Direito: Oportunidades e desafios de uma experiência com estudantes

Dora Resende Alves ¹

Sandra Fernandes ²

¹ Departamento de Direito, Universidade Portucalense
dra@upt.pt

² Departamento de Psicologia e Educação, Universidade Portucalense
sandraf@upt.pt

Resumo

Comprometida com a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a Universidade Portucalense (UPT) promoveu, através do seu Gabinete de Inovação Pedagógica (GIP), ações de capacitação dos docentes para a integração dos ODS na planificação curricular e pedagógica das suas unidades curriculares (UC). Esta medida resultou na revisão das Fichas das Unidades Curriculares por parte dos docentes dos vários ciclos de estudos que integram a oferta formativa da instituição. O estudo de caso apresentado neste artigo procura ilustrar o modo como essa integração dos ODS foi realizada no caso específico de uma unidade curricular na área do Direito. Tratou-se da readaptação de um dos elementos de avaliação da UC, neste caso um trabalho de grupo, que foi intencionalmente repensado de forma que os estudantes tivessem que explorar e discutir o contributo da UC e dos conteúdos programáticos para o cumprimento dos ODS. Os resultados preliminares da experiência revelam um balanço positivo da mobilização dos ODS nos trabalhos de grupo realizados pelos estudantes, apresentando uma perspetiva crítica sobre os mesmos.

Palavras-Chave: ODS; Universidade Portucalense; Tribunal de Justiça da União Europeia.

1. Introdução

A Universidade Portucalense Infante D. Henrique (UPT), cooperativa de ensino superior no Porto, Portugal, pretende assumir um contributo no prosseguir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), estabelecidas desde 2015.

O Gabinete de Inovação Pedagógica (GIP) da Universidade Portucalense, é uma estrutura criada pela Reitoria da Universidade Portucalense em dezembro de 2021 com o objetivo de propor planos e ações de intervenção concretos dirigidos à progressiva adoção de novos modelos de organização do ensino/aprendizagem, suportados em metodologias ativas de ensino/aprendizagem, que implicam a prévia qualificação dos recursos humanos, docentes e técnicos, da UPT, bem como o apoio à implementação destes modelos e metodologias e a monitorização dos resultados, indispensáveis à garantia de qualidade.

Nesse fito, desenvolveu um Programa de Formação designado “Planificação Curricular e Integração dos ODS nas Práticas Pedagógicas”, para, em 2023, promover a integração dos ODS nas Fichas das Unidades Curriculares (UC) dos ciclos de estudos da UPT. Apoiando os docentes na reflexão sobre o processo de integração dos ODS nas Fichas das Unidades

Curriculares e na prática letiva, pretende-se a consciencialização de todos os intervenientes no processo educativo e a utilização das metas enquanto formas de construção de um futuro de cidadania melhor.

Neste contexto, apresenta-se o estudo de caso relativo à prática pedagógica na unidade curricular de Contencioso da União Europeia, matéria do 2.º semestre do 2.º ano do 1.º ciclo de estudos em Direito, em que, se pede que relacionem um dos elementos de avaliação com os ODS no sentido de sensibilizar os futuros juristas para o seu conhecimento e inserção nos temas do estudo no direito da União Europeia. Isto é, na entrega e apresentação de um dos elementos de avaliação desta UC, acrescentou-se neste ano letivo o pedido de interligação entre a matéria de facto da decisão escolhida para análise com os ODS, mesmo que, por hipótese, a conclusão fosse não existir qualquer relação.

Trata-se de pedir aos estudantes a análise de um acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia, à sua escolha e resultado de pesquisa própria do grupo de trabalho, no tempo de estudo autónomo, mediante as orientações fornecidas e aprendidas em tempo de aula de contacto. O conteúdo da matéria de facto desse acórdão será relacionado pelos alunos com os ODS. A entrega (via plataforma Moodle) consiste num resumo em que determinados pontos pré-definidos e de caráter técnico terão obrigatoriamente de constar e a apresentação acontece em oralidade no tempo de aula de contacto. Em algum destes dois elementos espera-se a conexão com os ODS. Porém, sendo uma fase experimental, este ponto não é objeto de avaliação quantitativa especificada, antes englobado no todo da apreciação de coerência do enquadramento jurídico.

2. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Universidade Portucalense

O compromisso da UPT com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - um conceito universal para a consecução de um mundo mais equitativo, justo, inclusivo, sustentável e resiliente – insere-se na crença da sua importância para uma recuperação sustentável da Europa e para o crescimento sustentável a longo prazo (Comité das Regiões Europeu, 2023, p. 6). A missão da universidade deve passar por contemplar a integração dos ODS, o que foi pensado para se alcançar através da integração nas fichas das unidades curriculares (FUC) dos variados cursos, dando a Reitoria o apoio (por intermédio do GIP) nessa intenção. Pelos docentes, trata-se de procurar a conexão das matérias lecionadas com os tópicos de desenvolvimento de cada ODS e trazer a ligação ao discurso. Para os alunos, significa trazer ao conhecimento, despertar o interesse e promover o seu uso em trabalhos e pesquisas no âmbito da disciplina.

2.1. A integração dos ODS numa unidade curricular na área do Direito

A proposta formulada pela UPT de integração dos ODS nas unidades curriculares, que surgiu no início de 2023, ainda que a título experimental, foi assumida pelas autoras, que pertencem a diferentes áreas e departamentos da instituição, como um desafio a concretizar de imediato no 2.º semestre de 2023. Dentro do possível imediatamente incluíram os ODS nos objetivos, métodos e avaliação das UC por que são responsáveis.

No caso do Departamento de Direito, a autora surgia neste semestre como regente de uma UC em que a Ficha da Unidade Curricular foi adequada em conformidade com as diretrizes aprendidas na mencionada formação.

A ideia foi fazer jus ao título experimental e não incluir como item de avaliação quantitativa, antes relevar enquanto resultado e valoração de cidadania, dando ênfase ao conhecimento e sensibilização para o tema. Investir na formação do jurista enquanto cidadão informado, ainda que o tema caiba juridicamente de modo adequado. De facto, os ODS apresentam-se (Organização das Nações Unidas, 2016) pela ONU, organização de direito internacional, e foram também assumidos (Comissão Europeia, 2016) pela União Europeia (UE).

3. A proposta em Contencioso da União Europeia

A escolha de estudo de caso recaiu sobre a prática pedagógica na unidade curricular de Contencioso da União Europeia (CUE), matéria do 2.º semestre do 2.º ano do 1.º ciclo de estudos em Direito, a que correspondem 5 ECTS, em que foi proposto aos alunos, no quadro de desenho anterior de elementos de avaliação mista (aulas teórico-práticas), que relacionassem um dos elementos de avaliação com os ODS.

Na intenção de sensibilizar os futuros juristas para o seu conhecimento e inserção nos temas do estudo no direito da União Europeia, atenta a inserção na matéria visto que a UE sublinha repetidamente a ligação com os ODS, que se encontra em variados documentos, manifestando preocupação em torno da legislação da União, no sentido de entender se os diplomas contribuem para os objetivos da política de desenvolvimento e para a execução da Agenda 2030 (Parlamento Europeu, 2023a, p. 259, § 48; 2023b, p. 94, §67). Isto é, na entrega e apresentação de um dos elementos de avaliação mista desta UC, acrescentou-se neste ano letivo o pedido de interligação entre a matéria de facto da decisão escolhida para análise com os ODS (UNESCO, 2017), mesmo que, por hipótese, a conclusão fosse não existir qualquer relação. Note-se que o objeto deste estudo aqui apresentado não é a explicitação do trabalho dos alunos sobre essa decisão final, embora esse seja o foco da avaliação dos estudantes.

Cuida o Contencioso da União Europeia, conforme a sua ficha de unidade curricular (Universidade Portucalense, n.d.), de descrever os mecanismos de tutela jurisdicional do direito da União Europeia (Abreu & Reis, 2020). Através do estudo dos meios contenciosos da União Europeia previstos nos Tratados (EurLex, n.d.) com a interpretação do conteúdo da jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) (Tribunal Judicial da União Europeia, n.d.).

O elemento de avaliação mista contempla atribuir aos estudantes a análise de um documento jurisprudencial final emanado pelo Tribunal de Justiça da União Europeia que coloque termo a um processo. Normalmente um acórdão, à sua escolha e resultado de pesquisa própria do grupo de trabalho, no tempo de estudo autónomo, mediante as orientações fornecidas e aprendidas em tempo de aula de contacto. O trabalho seria realizado em grupos de alunos que poderiam ir de dois a cinco elementos.

Muito importante salientar que a escolha da decisão não é vinculada para além de temporalmente. Ou seja, cabe aos alunos a busca e escolha de um documento que cumpra a qualificação jurídica adequada, recorrendo às fontes de informação e publicação oficiais¹ e institucionais explicadas e demonstradas nas aulas precedentes à atribuição da tarefa e recomenda-se que seja selecionada decisão posterior a 2009. Esta barreira temporal é indicada visto que se trata do ano de entrada em vigor (no mês de dezembro) do Tratado de Lisboa, último tratado modificativo (quinta revisão) dos Tratados que criaram e servem de base ao funcionamento da União Europeia, já referidos, assinado em 2007 (Mesquita, 2002).

O novo desafio que resulta da fase experimental de integração dos ODS nas UC da UPT seria a ligação temática entre o documento escolhido e os ODS. Visto que este complemento surgiu este ano civil de 2023, nas semanas anteriores ao início do semestre letivo, foi introduzida esta ligação ainda sem valoração quantitativa autónoma, apenas como meio de sensibilização dos alunos para o tema, que não é parte do programa curricular e cuja perceção resultará unicamente de investigação própria dos alunos. Constando como tópico a ser atendido na grelha de avaliação, mas sem valor específico, como melhoramento global.

O conteúdo da matéria de facto do acórdão escolhido foi relacionado pelos alunos com os ODS. Isto é, o tema, o problema de facto tratado na decisão do litígio ou na interpretação levada a cabo pelo TJUE foi relacionado com um ODS e essa ligação justificada pelos alunos.

¹ Exemplos de acessos no Jornal Oficial (<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=OJ:C:2023:271:TOC>), na busca de jurisprudência (<https://curia.europa.eu/juris/recherche.jsf?language=pt>) ou na divulgação à imprensa (https://curia.europa.eu/jcms/jcms/Jo2_7052/pt/).

A entrega (via plataforma Moodle) consiste num resumo de acórdão e a apresentação acontece em oralidade no tempo de aula de contacto. Em algum destes dois elementos espera-se a conexão com os ODS. Porém, sendo uma fase experimental, este ponto não é objeto de avaliação quantitativa especificada, antes englobado no todo da apreciação de coerência do enquadramento jurídico.

Nesta fase, os documentos referidos são ainda todos de *soft law* (Alves, 2018), mas é provável que algumas das metas se tornem vinculativas por força da adoção de outros instrumentos (de *hard law*) pelos Estados.

4. Apresentação de resultados

No intuito de colocar a tónica distinta no exercício de cidadania e formação do profissional em Direito pela UPT, a ficha da UC de CUE (Universidade Portucalense, n.d.) foi adaptada em conformidade e a solicitação de avaliação mista repensada e revista para atender aos novos desafios globais colocados pelos ODS e, bem assim, assimilados pela União Europeia, âmbito do estudo da UC. Tratando-se aqui da parte do Contencioso, está esta matéria no seguimento de unidade curricular anterior (do 1.º semestre) denominada apenas Direito da União Europeia e dela depende (Brandão et al., 2017).

A União Europeia acolheu o compromisso (Comité das Regiões Europeu, 2023, p. 6) com os ODS e assegura a sua monitorização anualmente (Petri, 2023). As prioridades da Comissão Europeia na sua composição 2019-2024 traduzem ações concretas a nível europeu no domínio dos ODS que podem ser agrupados em ligação.

A unidade curricular indicava 202 alunos inscritos. Divididos por 3 turmas, duas diurnas e uma pós-laboral. A divisão não é equitativa. Apresentaram-se a avaliação mista 173 alunos pelas três turmas. Tomou-se para o presente estudo apenas a observação da primeira turma diurna, com 132 alunos inscritos, onde apresentaram o primeiro elemento da avaliação mista 30 grupos correspondendo a 120 alunos. Perante a constatação de deparar com os resultados visíveis, surgiu a ideia de registar o percurso para fins desta apresentação de modo a partilhar a experiência satisfatória e, daí, tirar algumas lições possíveis para melhor orientar os trabalhos da UC no ano seguinte.

Em 14/04/2023 foi efetuado o primeiro depósito no Moodle para avaliação. Foi entregue o resumo elaborado por cada grupo, identificando o documento escolhido, cumprindo alguns pontos de identificação processual de acordo com a matéria de CUE e, em alguns – casos, identificando já a ligação com o elenco dos ODS. A partir de 15/05/2023, foram agendadas as apresentações orais dos grupos em contexto de sala de aula. Apesar de não ser vinculado, a maioria dos grupos utilizou slides de apoio à apresentação, onde todos focaram a ligação com os ODS.

Assim, em 28/05/2023, foi solicitada uma nova (mas repetida) entrega no Moodle da UC de Contencioso da União Europeia. Tratou-se apenas de solicitar aos estudantes o repetir do envio, com entrega autónoma, agora parcial, da pequena parte do trabalho já entregue e/ou apresentado relativa aos ODS. Destinou-se esta entrega ao presente trabalho de investigação realizado junto com o Gabinete de Inovação Pedagógica (GIP) da Universidade Portucalense no sentido de aferir sobre o impacto de um modo mais abrangente, na medida em que o GIP reúne uma visão global da Universidade. As indicações constavam do recurso de entrega no Moodle de CUE. A adesão não foi completa, tendo alcançado um total de 26 entregas.

Foi voluntário, mas relevante para a UPT e uma forma de envolver os estudantes e verem o seu estudo valorizado e divulgado. A resposta à proposta de trabalho dos estudantes para avaliação na UC foi alcançada pela exploração conseguida pelos alunos e pela relação alcançada entre a matéria da UC e os ODS. Traduziu-se num resultado muito interessante. Todas as apresentações se referiram aos ODS, poucos no resumo escrito, mas todos na apresentação oral.

É verdade que nesta UC se encontra uma imensa heterogeneidade de decisões na matéria de facto, isto é, a produção de decisões do TJUE, ainda que com a competência limitada pelos textos jurídicos dos Tratados, acompanha a diversidade da vida. Assim, foram

apresentados acórdãos (decisão coletiva do tribunal) que efetuaram ligação com os ODS 3 [Saúde de qualidade], 4 [Educação de qualidade], 7 [Energia limpa e acessível], 8 [Trabalho decente e crescimento económico], 10 [Redução das desigualdades], 12 [Consumo e produção responsáveis], 13 [Ação contra a mudança global do clima], 14 [Vida na água], 15 [Vida terrestre], 16 [Paz, justiça e instituições eficazes] e 17 [Parcerias e meios de implementação]. Maioritariamente, foi, como esperado e conforme a ficha da UC, utilizado o ODS 16. De notar que os alunos poderiam ter-se limitado a escolher genericamente tal ODS respeitante a um julgamento imparcial (ODS 16), que seria certamente sempre adequado, mas não o fizeram e foram muitas vezes em busca de algum específico.

4.1. Um exemplo concreto escolhido

O perfil do jurista recém-licenciado consciente das preocupações globais e com competência associadas ao entendimento dos ODS será certamente diferenciador tal como busca o ensino da UPT. Vejamos um caso concreto ilustrativo escolhido, na impossibilidade de dar mais exemplos neste espaço.

Uma Diretiva sobre a qualidade do ar de 2008 (Parlamento Europeu & Conselho da União Europeia, 2008) impõe aos Estados-Membros da União Europeia uma obrigação de transposição, isto é, o assumir, através de legislação interna, dos objetivos estabelecidos nesse ato de direito derivado da União², no caso “obriga os Estados-Membros a respeitar os valores-limite de concentração de determinados poluentes atmosféricos no ar ambiente e exige que os Estados-Membros, caso esses valores-limite sejam excedidos, elaborem planos de qualidade do ar para que o período de excedência possa ser o mais curto possível” (Tribunal Judicial da União Europeia, 2023). Alguns Estados-Membros, ainda assim e em violação do princípio da cooperação leal (artigo 4.º, n.º 3, do TUE), não atuaram como seria suposto. A Comissão Europeia, porque para tal a instituição competente (artigo 17.º do TUE), traçou um percurso de alerta, conforme o tipo de processo previsto nos Tratados (artigo 258.º do TFUE) (Abreu, 2012), e apenas agiu contenciosamente contra os países que se mantiveram em incumprimento e nas situações mais graves. Assim aconteceu contra a Bulgária. O procedimento por violação dos Tratados culminou com um segundo processo de incumprimento (artigo 260.º, n.º 2, do TFUE), gravoso, mas ainda assim sem a aplicação de uma multa ao Estado infrator por razões de natureza processual que tornaram inadmissível a ação por duplo incumprimento proposta (Acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia. Comissão/Bulgária no processo C-174/21 de 16 de março de 2023, 2023).

Para além do interesse processual desta ação, que mereceu comunicado de imprensa por parte do TJUE, para o nosso estudo releva que se encontra uma ligação óbvia com o ODS 13, visto estar em causa aqui matéria de poluição atmosférica e sempre com o ODS 16 (Paz e Justiça) – porque está em causa um processo justo e equitativo

Aqui se encontra apenas a ligação temática. Não podemos avançar com resultados de implementação do primeiro ODS referido (13 - Ação contra a mudança global do clima), visto que não houve decisão sobre o mérito da causa, ou seja, o processo não teve seguimento apenas por questões formais. Porém, essa foi a razão de se verificar implementado o segundo ODS referido (16 - Paz, justiça e instituições eficazes) ao ficar assegurado pelo Tribunal de Justiça que uma ação que não cumpre todos os procedimentos elencados para um processo justo e equitativo pela legislação aplicável fique sem proceder, sendo julgada inadmissível e assegurando uma tutela jurisdicional efetiva (Abreu, 2019).

Neste caso, o aluno teria de apresentar os aspetos de competência, legitimidade, requisitos processuais da tramitação, prazos, argumentos das partes, entre outros presentes nos Tratados e no Regulamento de Processo do Tribunal de Justiça. A menção aos ODS

² Ou seja, o direito que é criado pelas instituições da União Europeia, conforme as competências que foram atribuídas a esta organização de Estados pelos Estados fundadores e aceites pelos Estados aderentes. Conforme o artigo 288.º do TFUE.

presentes seria tão somente isso, uma ligação temática. Maior desenvolvimento já nos afastaria dos conteúdos do CUE e conteúdo programático.

5. Conclusões

Para concluir, consideramos que o objetivo de consciencialização dos estudantes para os ODS foi alcançado, no entanto, existe ainda um percurso no sentido de aprofundar a ligação dos futuros licenciados com a ideia de um futuro global mais sustentável. Trata-se de uma intenção de formação dos cidadãos no intuito do melhor entendimento dos ODS no conteúdo de cada caso concreto tratado pelos futuros juristas.

Para trabalho futuro, avança-se a ideia de aprofundar a ligação temática no sentido de incentivar os alunos a procurar no elenco desenvolvido dos indicadores do ODS selecionado uma ligação mais profunda ao concretizar desses objetivos com a decisão adotada pelo TJUE. Acredita-se que é possível de utilizar este estudo de caso para aplicação da mesma abordagem a outras unidades curriculares.

O percurso da UPT nesta matéria foi ainda experimental, mas, através das UC dos seus cursos, constata-se que a UPT pode ir mais longe e alcançar a diferenciação dos seus licenciados, no caso aqui tratado juristas, no mercado de trabalho e na vida. Enquanto agentes na sociedade, poderão levar adiante a preocupação de incorporar nas suas análises e decisões os valores plasmados nos ODS por um mundo melhor.

6. Referências Bibliográficas

- Abreu, J. C. (2012). *Inconstitucionalidade por Omissão e Ação por Incumprimento - A Inércia do Legislador e Suas Consequências*. Juruá Editora.
- Abreu, J. C. (2019). *Tribunais nacionais e tutela jurisdicional efetiva: da cooperação à integração judiciária no Contencioso da União Europeia*. Almedina.
- Alves, D. R. (2018). O direito do consumidor através da aplicação do direito da União Europeia. *Atas do I Congresso Internacional de Direito Do Consumidor - Os Desafios Do Mercado Digital Para Os Contratos de Consumo*. <http://repositorio.uportu.pt:8080/handle/11328/2089>
- Brandão, A. P., Coutinho, F. P., Camisão, I., & Abreu, J. C. de. (2017). *Enciclopédia da União Europeia*. Petrony.
- Comissão Europeia. (2016). *Desenvolvimento Sustentável: a UE define as suas prioridades*. https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/sustainable-development-goals_pt
- Comité das Regiões Europeu. (2023). Parecer do Comité das Regiões Europeu — Progressos na concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). In *Jornal Oficial da União Europeia: Vol. C* (Issue 157).
- EurLex. (n.d.). *Treaties in Force*. <https://eur-lex.europa.eu/collection/eu-law/treaties/treaties-force.html>
- Mesquita, M. J. R. (2022). *Introdução ao Contencioso da União Europeia*. Almedina.
- Organização das Nações Unidas. (2016). *Guia sobre Desenvolvimento Sustentável. 17 Objetivos para Transformar o Nosso Mundo*. https://www.instituto-camoes.pt/images/ods_2edicao_web_pages.pdf
- Parlamento Europeu. (2023a). Resolução do Parlamento Europeu 2023/C 47/21 de 7 de julho de 2022 sobre Legislar melhor: unir as nossas forças para melhorar a legislação. In *Jornal Oficial da União Europeia: Vol. C* (Issue 47, pp. 250–267). Serviço das Publicações da União Europeia. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52022IP0301&from=PT>
- Parlamento Europeu. (2023b). Resolução do Parlamento Europeu 2023/C 214/06, de 18 de janeiro de 2023, sobre os direitos humanos e a democracia no mundo e a política da União Europeia nesta matéria – Relatório anual de 2022. In *Jornal Oficial da União Europeia: Vol. C* (Issue 214, pp. 77–103). Serviço das Publicações da União

- Europeia. Resolução do Parlamento Europeu 2023/C 214/06, de 18 de janeiro de 2023, sobre os direitos humanos e a democracia no mundo e a política da União Europeia nesta matéria – Relatório anual de 2022
- Parlamento Europeu, & Conselho da União Europeia. (2008). Directiva 2008/50/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Maio de 2008, relativa à qualidade do ar ambiente e a um ar mais limpo na Europa. In *Jornal Oficial da União Europeia: Vol. L* (Issue 152, pp. 1–44). Serviço das Publicações da União Europeia. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A32008L0050>
- Petri, E. et al. (ed.). (2023). *Sustainable Development in the European Union. Monitoring Report on Progress Towards the SDGs in an EU Context*. Publications Office of the European Union. <https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-flagship-publications/-/ks-09-22-019>
- Acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia. Comissão/Bulgária no processo C-174/21 de 16 de março de 2023., (2023). <https://curia.europa.eu/juris/document/document.jsf?jsessionid=6992AB48995D75B4B9B46EF77F591F66?text=&docid=271331&pageIndex=0&doclang=PT&mode=req&dir=&occ=first&part=1&cid=1163093>
- Tribunal Judicial da União Europeia. (2023). *Comunicado de imprensa n.º 47/23 de 16 de março de 2023*. <https://curia.europa.eu/jcms/upload/docs/application/pdf/2023-03/cp230047pt.pdf>
- Tribunal Judicial da União Europeia. (n.d.). *Tribunal Judicial da União Europeia - Página Oficial*. https://curia.europa.eu/jcms/jcms/Jo1_6308/
- UNESCO. (2017). *Education for Sustainable Development Goals (SDGs)*. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247444>.
- Universidade Portucalense. (n.d.). *Contencioso da União Europeia - Ficha de Unidade Curricular*. https://siupt.upt.pt/aulas/ficha_uc_impressao.php?df_id=6552
- Universidade Portucalense. (2009). Anúncio n.º 6952/2009. In *Diário da República* (pp. 37741–37747). Instituto Nacional - Casa da Moeda. https://www.upt.pt/wp-content/uploads/2022/03/Estatutos_Upt_2010.pdf